

# A INTERVENÇÃO DO ESTADO EM INFRA-ESTRUTURA E O PROCESSO DE CIRCULAÇÃO DE HORTIFRUTIGRANJEIROS EM ITABAIANA/SE

D. M. de Carvalho & J. E. da Costa

*Núcleo de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão SE, 49100-000.  
dianamendoncadecarvalho@yahoo.com.br ,oiziolecosta@yahoo.com.br*

---

Este trabalho tem por objetivo analisar as intervenções do estado em infra-estrutura e no processo de circulação de hortifrutigranjeiros no município de Itabaiana/SE, partindo cronologicamente da década de 1950, quando se inicia as intervenções em infra-estrutura em todo o território brasileiro. Para sua contextualização foram consideradas: leituras sobre as intervenções do estado em prol do desenvolvimento rural, a relação campo-cidade e a existência de redes de distribuição de hortifrutigranjeiros, assim como, de registros fotográficos e de mapeamento. Por tudo isso, verificou-se que, a intervenção do estado é sentida de forma positiva, não só pela instalação de fixos como também por estimular a articulação rural-urbana. Mas em alguns casos a representatividade do Estado pode ser nula, por não investir na manutenção dos fixos existentes. Todavia, essa ação não é a única responsável pelo dinamismo de municípios ou regiões, a força de trabalho da população, quanto à produção, venda e transporte de mercadorias, é de extrema importância para a consolidação de um centro comercializador de produtos agrícolas, a exemplo de Itabaiana-Se. Nesse sentido, algumas políticas, como: o desenvolvimento da rede rodoviária, a construção do Açude da Macela e das Barragens, Jacarecica I e Ribeira, a instalação da Deagro e da Conab e a construção do Mercado de Hortifrutigranjeiros, fizeram do município de Itabaiana uma referência na comercialização e na distribuição de hortifrutigranjeiros. Consequentemente, a cidade de Itabaiana destaca-se como importante entreposto comercial atacadista de hortifrutigranjeiros do estado de Sergipe, competindo, em termos de atração comercial, com os maiores mercados atacadistas de hortifrutigranjeiros do nordeste. O crescimento da comercialização agrícola nessa sede municipal tem ocasionado o fortalecimento do comércio varejista informal e subsidiado a proliferação de extensas redes de distribuição de hortifrutigranjeiros, que agregam fluxos de importação e de exportação.

Palavras-Chave: Estado, Hortifrutigranjeiros e infra-estrutura

This work intended to analyze the interventions of the state in infrastructure and into the sue of air circulation vegetables-fruit-poultry farm into the county of Itabaiana/Se, breaking historically from decade of 1950, when starts the interventions in infrastructure in all the territory Brazilian. About it context have been considerate: Reading on the subject of interventions of the state on behalf of the development rural; the relation field – city; and the existence of distribution of vegetables-fruit-poultry, as well as photographic records and mapping. For all this, verifies if what, intervention of the state is felt in a positive way, not only in installation of fixed and as well stimulate the articulation rural-urban. In the some cases, the representative of the state may be noticed, for not to invest on conservation from the fixed. Therefore, it isn't the only responsible at dynamics of counties or regions, other elements can work as the force of population, in an effort to produce, market and transport in a good of extreme importance for consolidation by one center marketed of farm products, the example is Itabaiana - SE. Thus, some policies, such as: the development of road network, construction of the *Açude da Macela* and storage dam *Jacarecica I* and *Ribeira*, the installation of *Deagro* and *Conab* and construction of the Market vegetables-fruit-poultry, made the Itabaiana's city a reference marketing and distribution of fresh produce. Consequently, Itabaiana's city is highlighted as important trading wholesaler of vegetables-fruit-poultry from the state of Sergipe, competing in terms of commercial appeal, with the biggest wholesale markets vegetables-fruit-poultry of the northeast. The growth of agricultural marketing that has municipal seat causing the strengthening of the informal retail trade sector and subsidizing the proliferation of extensive networks of distribution of produce vegetables-fruit-poultry that aggregate flows of imports and exports.

keywords: State, vegetables-fruit-poultry and infrastructure.

---

## 1. INTRODUÇÃO

O presente enfoque visa analisar as intervenções do estado em infra-estrutura e no processo de circulação de hortifrutigranjeiros no município de Itabaiana/SE, a partir do questionamento:

Como o estado tem intervindo em infra-estrutura para o desenvolvimento do meio rural itabaianense? Assim, buscar-se-á verificar cronologicamente, focalizando a partir da década de 1950, como essas intervenções em infra-estrutura possibilitaram o desenvolvimento rural, através de sua articulação com o meio urbano, em território brasileiro, sergipano e itabaianense.

Para tanto, utilizar-se-á de duas categorias geográficas principais, que são: território, com referência a uma parte determinada da superfície terrestre sujeita à soberania de um estado; e redes, que remete aos fluxos de mercadorias agrícolas e conseqüentemente a articulação dos meios rurais e urbanos, como também, lembra o desenvolvimento de vias e empresas para escoamento dessas mercadorias.

O sentido aqui utilizado para a relação campo-cidade é o de complementaridade, onde as atividades urbanas e rurais se somam e provocam mudanças significativas no conjunto da sociedade. Logo, a ênfase é calcada na produção rural, que objetiva abastecer os mercados urbanos com produtos agrícolas. Enquanto as cidades tornam-se centros de prestação de serviços pessoais e sociais.

Além disso, para a confecção desse trabalho considerou-se as seguintes fases: inicialmente, uma revisão da literatura relacionada à intervenção do estado em prol do desenvolvimento rural, correspondendo às leituras realizadas nos textos da disciplina Desenvolvimento do Mundo Rural, ministrada no Núcleo de Pós-Graduação em Geografia (NPGEO/UFS); assim como, foram utilizadas leituras históricas e contextuais da década de 1950, período em que o estado nacional intervinha na economia buscando impor infra-estruturas que articulariam o país por vias rodoviárias e, por conseguinte, uniria o rural-urbano em função do sistema capitalista. Posteriormente, adentra-se nas políticas definidas durante o Período Militar para esse segmento.

Completando-se ainda, com a revisão da literatura histórico-regional do município e da cidade de Itabaiana, que demonstrará o desenvolvimento rural pós 1950, em termos de produção agrícola e da maior articulação com a cidade, decorrente da construção e consolidação de fixos, como o mercado de hortifrutigranjeiros e a feira. No mais, fora realizado o mapeamento de algumas das informações colhidas, através dos softwares Arq View e Corel Draw, localizando o município de Itabaiana dentro do estado de Sergipe, como também, focalizando as principais rodovias que cortam o município e os perímetros irrigados existentes no mesmo.

Esse artigo fora segregado em três capítulos principais. O primeiro, intitulado “A Intervenção do Estado na Articulação Rural-urbano do Brasil”, que enfoca os sentidos teóricos, do rural-urbano, uma vez que é dentro deste contexto que supõe haver articulação entre essas duas esferas; e do Estado, como estrutura de poder instituída sobre a população ou o território. No capítulo seguinte, são abordadas as etapas de desenvolvimento infra-estrutural e rural imposto no Brasil e no Estado de Sergipe a partir do Estado Desenvolvimentista. No capítulo subsequente, é tratada a intervenção do Estado em infra-estrutura e projetos de desenvolvimento do espaço agrário de Itabaiana, mostrando como os mesmos possibilitaram o reconhecimento do município como entreposto comercial, produtor, importador e exportador de hortifrutigranjeiros.

## **2. A INTERVENÇÃO DO ESTADO NA ARTICULAÇÃO RURAL-URBANO DO BRASIL**

As denominações rural e urbana expressam o modo de vida e os valores sociais, enquanto as de campo e de cidade correspondem à concretização dos modos de vida. Atualmente, a relação campo-cidade é analisada como espaços territoriais, tanto em âmbito econômico, político e cultural, que são interdependentes e que se complementam.

Para Ferrão (2000), o mundo rural organiza-se em torno de uma tetralogia: 1- a função é produzir alimentos; 2- a atividade econômica é a agricultura; 3- o grupo social predominante é a família camponesa; e 4- a paisagem, é reflexo de certo equilíbrio entre a natureza e a atividade humana. Já a cidade impõe-se com atividades, grupos sociais e paisagens bem heterogêneas e que se contrapõe ao rural.

Em Lefebvre (1969), o campo é lugar de produção, emergida de uma terra modelada por uma sacralização profanada pela cidade e vida urbana. “A vida urbana compreende mediações originais entre a cidade, o campo, a natureza” (LEFBVRE, 1969, p.66). Tais mediações são

compreendidas nos simbolismos e representações ideológicas e políticas imposta pelos cidadãos ao campo e a natureza. Para esse ainda, a cidade é como um centro de decisão e de associação, e o campo como submisso a esse centro. Todavia, nas áreas subdesenvolvidas a exploração do campo tenderia a ser mais constante.

Segundo Ferrão (2000), no momento atual a relação rural-urbano apresenta como características: 1-fronteiras mais relevantes, que separa espaços marginalizados de áreas de influência das grandes cidades; 2- áreas urbanas, incluindo espaços urbanos, suburbanos, rurais agrícolas e rurais não agrícolas, que se articulam em meio a conflitos ou de forma mútua; e 3-mundo rural exterior à área urbana, o qual se defronta na valorização simbólica e política.

A partir disso, algumas abordagens são utilizadas para referendar a relação campo-cidade, entre as quais se destacam: a dualista e dicotômica, de oposição entre rural e urbano, nas quais o campo refletiria o atraso, enquanto a cidade corresponderia ao progresso, ao moderno; e a concepção continuum, fundamentada na idéia de que o avanço do processo de urbanização é responsável por mudanças significativas na sociedade em geral, atingindo também, o espaço rural e aproximando-o da realidade urbana, sem, no entanto, acabar com diferenças culturais persistentes. Esta corrente também se apóia na concepção dual, considerando o rural e urbano como ponto extremo numa escala de gradação.

O conceito de continuum rural-urbano permite identificar a proximidade e a continuidade espacial entre o meio rural e o urbano, e reforça a constituição de identidades referidas às diferenças espaciais e o sentimento de pertencimento ao meio rural. (WANDERLEY, 2000, p. 107).

Esta concepção teve expressividade na década de 1950, todavia, para referendar a relação campo-cidade no município de Itabaiana, optou-se por focar ambos os espaços como complementares. Esta concepção trata da relação intrínseca do rural-urbano, por meio da análise de algumas variáveis, como funções urbanas, ocupação populacional, a produção mercantil, ou ainda, pela inserção em redes de fluxos.

Neste sentido e para esse artigo, analisar-se-á o rural-urbano na idéia da complementaridade, onde o campo produz para satisfazer as necessidades da cidade e suas próprias, mesmo que de forma desigual, e a cidade, sendo fornecedora de bens e serviços de necessidade para o campo. Isto porque, segundo Wanderley (2001), essa relação não tem suas particularidades anuladas, ao contrário, são fonte de integração e de cooperação, tanto quanto das tensões e dos conflitos; ou ainda, como trás Marques (2002), no momento atual, a divisão internacional do trabalho entre campo e cidade não tem gerado nítida separação entre os trabalhadores rurais e urbanos, levando-se em conta que a tradição cultural do meio rural assume posição de destaque no contexto global.

## **2.1. O significado “teórico” da entidade Estado**

Por Estado entende-se toda a organização política de um país, ou seja, a estrutura de poder instituída sobre um território ou população, ou ainda como trás NETO (1997, p.117), “[...] é um aparelho repressivo, no qual se distinguem o poder do estado e o aparelho do estado”. Este aparelho é composto por normas e leis, que funcionam conforme interesses de uma parte da sociedade, isto é, interesses os quais estão subordinados ao modo de acumulação capitalista.

Entre os elementos que compõe o conceito de estado estão, poder, território e nação. O primeiro é analisado como a capacidade que o aparelho institucional tem para impor à sociedade o cumprimento e aprovação das determinações do governo. O segundo é o espaço físico, onde se exerce o poder, coincidindo assim, nos limites da soberania. Já o terceiro é uma comunidade humana que agrega aspectos culturais, históricos e econômicos comuns sobre o comando do estado. Para AZAMBUJA (2005, p.106), “a nação é uma realidade, [...] uma sociedade de homens que têm a mesma origem e os mesmos ideais, mas não é uma personalidade, não tem existência diferente da dos indivíduos”. Deste modo, o estado coloca-se como uma entidade necessária para o convívio social.

Essa entidade, através de seu poder político deve ser legitimada pelo direito e ordem jurídica, que regulem o funcionamento das instituições e o cumprimento das leis pelas quais se rege a coletividade. Logo, é por ser reflexo da personalidade social, “[...] que o estado tem unidade e permanência no tempo, possui uma personalidade que perdura, através de todas as modificações de estrutura e de forma” (AZAMBUJA, 2005, p.111).

Dentro da base do estado fica a estrutura econômica e administrativa. Este fato permite colocá-lo como representação superestrutural das contradições sociais, e ainda faz visualizar “[...] a luta que se estabelece entre os principais agentes desta estrutura econômica, as classes, e o seu propósito [de] dominação, o que levou à definição, amplamente difundida, do Estado como aparelho de classe (NETO, 1997, p.116).

Por meio desse ensejo, o estado defendido para o presente trabalho, será focado na sua função administrativa, como uma estrutura, que intervém no processo de desenvolvimento, no sentido explícito de crescimento e progresso de um país. Isto fundamentará-se historicamente a partir do Estado Desenvolvimentista brasileiro, uma vez que, fundamentará uma maior articulação dos segmentos rurais-urbanos através da construção e consolidação de redes rodoviárias, como também, contribuiu na implementação de políticas públicas no campo, delegando foco para o agronegócio.

### **3. INTERVENÇÃO DO ESTADO DESENVOLVIMENTISTA EM INFRA-ESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL NO BRASIL**

O Estado Desenvolvimentista, dentro do pensamento econômico brasileiro, preconizava o desenvolvimento econômico por meio de política de investimento liberal em relação ao capital estrangeiro. Essa concepção de estado surgiu no Brasil em 1946 e teve ênfase no governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961).

A concepção de desenvolvimentismo surgiu na teoria do subdesenvolvimento, da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), que prescrevia um modelo de substituição de importações para os países latino-americanos.

Dos anos de 1960 a 1980 foram enfocadas três novas correntes, definidas como Desenvolvimentismo Autoritário, o Neomarxismo e a Nova esquerda. Todas, de modos diferentes, buscando formas de resolver o atraso ou subdesenvolvimento em que se encontrava o Brasil.

#### **3.1. Desenvolvimento das vias de fluxos no Brasil**

Neste item, a partir do contexto de Estado Desenvolvimentista, passar-se-á a observar a implantação de infra-estruturas no processo de desenvolvimento e articulação do Brasil rural-urbano, assim como, no desenvolvimento rural. Contudo, é necessário demarcar que, num país como o Brasil, de dimensões continentais expressivas, os transportes e as comunicações estão entre algumas das mais importantes variáveis estratégicas de desenvolvimento, pois são criadas visando diminuir distâncias e condicionar trocas rápidas dentro das redes de mercado.

Segundo a Enciclopédia Barsa (1995), as primeiras estradas brasileiras foram iniciadas ainda no século XIX e as rodovias surgiram na década de 1920, no Nordeste, decorrentes de programas de combate às secas. Ainda nessa década era inaugurada a primeira rodovia pavimentada, Rio-Petropolis, atualmente conhecida como rodovia Washington Luiz.

Entretanto será nas décadas de 1940 e 1950, que a construção de rodovias terá grande impulso, devido a fatores como a Criação do Fundo Rodoviário Nacional (1946), que estabelecia imposto sobre combustíveis líquidos utilizados para a construção de estradas; a fundação da Petrobrás (1954), no governo de Getúlio Vargas, que estimulou a produção de asfalto; e a implantação da indústria automobilística nacional (1957), no governo de JK. Além desses três fatores, a construção de Brasília, no governo JK, definiu um novo plano rodoviário, visando ligar a nova capital a todas as regiões do país.

Posteriormente, em 1973, passa a vigorar o Plano Nacional de Viação, que modificou e definiu o sistema rodoviário federal. Este plano compõe-se das seguintes rodovias: (1) oito

rodovias radiais, com ponto inicial em Brasília e numeração iniciada por zero; (2) 14 rodovias longitudinais, no sentido norte-sul, com numeração iniciada em um; (3) 21 rodovias transversais, no sentido leste-oeste, com numeração iniciada em dois; (4) 29 rodovias diagonais, cuja numeração começa em três; e (5) 78 rodovias de ligação entre cidades, com numeração iniciada em quatro.

No final da década de 1970, as dificuldades econômicas, causaram uma progressiva degradação da rede rodoviária. A construção de novas estradas foi praticamente paralisada ou se manteve de forma setorial, com ritmo muito lento e a manutenção deixou de obedecer a requisitos elementares. Tal situação acarretava graves prejuízos causados a setores essenciais da economia.

Apesar desses prejuízos, é inegável que, a consolidação de uma rede rodoviária, apesar de cara aos cofres públicos, possibilitou ao Brasil maior articulação dos segmentos econômicos de todas as regiões do país. Isto é comprovado quando Carlos (2004) mostra que, a dominação exercida pelo sistema capitalista, contribuiu para a articulação da relação cidade-campo, na contradição da idéia de centro-periferia. Tal idéia é exemplificada no papel assumido pela metrópole paulista, que domina, articula e mantém fluxos de toda a produção agrícola brasileira, controlando-a através da Bolsa de Cereais oficiais, da Bolsa de Mercadorias e Futuros, como também, sendo responsável pela comercialização e fluxos de parte dos produtos agrícolas do país.

Além da construção de estradas possibilitando a articulação da economia rural-urbana, é importante destacar o desenvolvimento de portos e aeroportos no processo circulatório das mercadorias nacionais a nível interno e externo. Além disso, foram importantes para o desenvolvimento rural e para a articulação rural-urbano, as implementações de programas estatais, que pretendiam modernizar e impulsionar o segmento primário da economia brasileira.

### **3.2. Programas de Desenvolvimento Rural adotados no Brasil**

Os programas que objetivaram desenvolver o meio rural têm início com o processo de modernização da agricultura brasileira. A mesma foi impulsionada na década de 1950 e intensificou-se nas décadas de 1960 e 1970, quando o país aderiu ao pacote tecnológico norte-americano, denominado “Revolução Verde”. Esse processo definiu mudanças na base produtiva do país, com a implementação de maquinaria, insumos, fertilizantes e defensivos químicos.

O estado, enquanto governo, teve importante influência na modernização agrícola, pois, era de seu interesse o crescimento do setor agrícola, para apoiar o processo de urbanização e industrialização, consolidar o modelo desenvolvimentista no Brasil e por vezes, manter superávits na balança comercial. Desta forma, observa-se que,

[...] a agricultura passou a ocupar posição subordinada, tanto no nível econômico como no das decisões, passando a liderança do processo ao setor urbano-industrial, ressalvadas as profundas fragmentação existentes não apenas no interior destes setores, mas no conjunto das elites (NETO, 1997, p.137).

A utilização de capital, tecnologia e informação nas atividades produtivas do campo criou uma nova relação rural-urbana, que pode ser relacionada à abordagem do continuum, onde “[...] o avanço do processo de urbanização é responsável por mudanças significativas na sociedade em geral, atingindo também o espaço rural e aproximando-o da realidade urbana” (MARQUES, 2002, p.100).

Neste processo de articulação dos espaços rurais-urbanos, o estado participou com investimentos, assim como, contribuindo para a associação do capital privado nacional com o internacional na implementação de infra-estrutura, incentivos fiscais, programas e pesquisas.

Entre os programas que visam o desenvolvimento do meio rural brasileiro, Matos (2006, p.69), destacam

PROTERRA (1971) – Programa de Redistribuição de Terras e Estímulos a Agroindústria do Norte e Nordeste; PROVALE (1972) – Programa Espacial para o São Francisco e o; POLOAMAZONIA – Programa de Desenvolvimento das Áreas da Amazônia. Na região Centro-Oeste destaca-se a criação do PROAGO (1973) – Programa de Garantia de Atividade Agropecuária; POLOCENTRO (1975) – Programa de Desenvolvimento dos Cerrados; PRODECER (1976) – Programa Nipo-Brasileiro de Desenvolvimento Agrícola da Região dos Cerrados.

Além desses programas, o crédito rural foi outro significativo impulso para a modernização da agricultura brasileira. Esse tipo de crédito foi instituído, segundo Gonçalves (2008), em escala nacional, com a criação do Sistema Nacional do crédito Rural (SNCR), na metade da década de 1960. O mesmo visava o financiamento de fertilizantes, sementes, máquinas e defensivos.

Na década de 1970, o estado brasileiro instituiu empresas de pesquisa propondo dar maior dinamismo ao segmento rural. Entre estas é criada a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER). Essas empresas objetivavam respectivamente, o desenvolvimento tecnológico do campo e orientar os agricultores a modernização da agropecuária.

No mesmo período, o estado passou a implantar Centros de Abastecimento (CEASAS), com o intuito de dinamizar a comercialização de mercadorias agrícolas, concentrando o comércio no modo atacadista. Esse projeto seguiu o modelo das Centrais Gerais de Abastecimento do Estado de São Paulo (CEAGESP).

O governo brasileiro estimulou a criação de centrais nas principais cidades do país, principalmente nas capitais, que já se destacavam como principais centros consumidores. Atualmente, além das capitais há centrais nas principais cidades que em alguns casos são denominados apenas de mercados (SANTANA, 2005, p.33).

Deste modo, o período que compreende os anos de 1964 a 1980, é demarcado por intervenção direta do Estado na economia, principalmente no que se refere aos elementos comerciáveis, ou seja, na consolidação de políticas urbano-industriais e depois de crescimento da agropecuária no país. Nos anos 1960, a política agrícola centrou-se no crédito para o setor rural, que desejava responder as necessidades de modernização da agricultura brasileira. Todavia, o setor agrário até então era analisado como entrave para a economia, pois ela continuava dependente de fatores exógenos, ou seja, só tinha valor quando agregava demanda internacional.

Dentro do contexto militar, o segmento agrícola só ganhará impulso propriamente, a partir do projeto de Metas e Bases para a Ação de Governo e do I Plano Nacional de Desenvolvimento - PND (1972-1974), quando a agricultura deixa de ser vista como um entrave na economia; e posteriormente, no II PND, quando o setor torna-se mais dinâmico e é evocado a suprir a necessidade de alimentos, de matérias-primas agrícolas e de produtos agrícolas industrializados, num momento em que se configurava uma crise mundial. Deste modo, visualiza-se que, as políticas agrícolas brasileiras sempre visaram atender as solicitações do grande capital nacional e internacional.

A implementação de programas visando o desenvolvimento rural também foram sentidos na região Nordeste do país, tendo iniciado na década de 1950, com a criação da Superintendência De desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), com a transformação da agricultura, da industrialização e com os incentivos às exportações. Nesse momento, foram criados programas, segundo Souza (1997), que se estenderam entre as décadas de 1970 e 1980, como o Programa de Apoio do Pequeno Produtor Rural (PAPP); o Programa de Irrigação do Nordeste (PROINE) e Programas de financiamento federal, como o Financiamento do Nordeste (FINOR) e o Fundo Constitucional do Nordeste (FNE).

A partir da década de 1980, os financiamentos em escala nacional, para o segmento agropecuário foram diminuídos significativamente, se restabelecendo na segunda metade da década de 1990, quando os créditos de investimentos passam a ser ministrado, segundo Gonçalves (2008), pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Entre os principais programas voltados para o desenvolvimento rural e efetuados por este banco, destacam-se: Programa Nacional de Fortalecimento da agricultura Familiar (PRONAF); Programa de Modernização da Frota de tratores agrícolas e implementos associados a colheitadeiras (MODERFROTA); Programa de incentivo à Irrigação e à armazenagem (MODERINFRA); Programa de Modernização da Agricultura e Conservação de Recursos Naturais (MODERAGRO); Programa de Desenvolvimento Cooperativo para Agregação de valor à Produção Agropecuária (PRODECOOP); Programa de Incentivo ao Investimento no Agronegócio (INVESTIAGRO); Programa de Estímulo à produção agropecuária sustentável (PRODUSA).

O governo brasileiro ainda, em suas escalas Federal, Estadual e Municipal tem adotado medidas a fim de inserir agricultores familiares no mercado. Entre essas medidas estão o programa Parceria e Mercado, “[...] que foca a formação de parcerias para alcance de mercadorias locais, regionais e internacionais (SANTANA, 2005, p.51); prêmio Parceiro da agricultura familiar, que visa aumentar a produtividade, com melhoria de qualidade, agregando valor e incrementando a renda do campo; disponibilização de atenção à pequena produção familiar e a sua comercialização. À exemplo disso, a fruticultura brasileira progrediu em alguns estados, como no Rio Grande do Sul e Santa Catarina, com a implantação de infra-estrutura voltadas a produção e armazenamento de maçãs.

Em virtude das comercializações locais, formaram-se aglomerações urbanas, surgidas a partir das chamadas feiras livres. No Brasil, essas feiras acabaram construindo cidades e consolidando um conjunto de outras atividades comerciais. Logo,

[...] o surgimento de várias cidades está associada aos mercados periódicos . De acordo com o desempenho e a dinâmica assumida, as cidades surgem em decorrências do seu uso comercial e chegam a desaparecer pelo onsucesso comercial. Em outros casos, tornam-se verdadeiros entroncamentos comerciais e rodoviários prósperos, como Itabaiana, em Sergipe; Feira de Santana, na Bahia; Arapiraca, em Alagoas; Caruaru, em Pernambuco; Campina Grande, na Paraíba; Campinas, em São Paulo; Caixias do Sul, no Rio Grande do Sul; Lages, em Santa Catarina; Londrina, no Paraná, dentre outras (SANTANA, 2005, p. 63).

Deste modo, o estado nacional, tem intervindo, por meio de diversos programas e implementação de infra-estrutura na busca de desenvolver o campo, criando condições de competitividade em âmbito internacional, e articulando-o as necessidades da cidade. Além disso, parcela da população local tem dado sua contribuição nesse intercâmbio comercial (rural-urbano), a partir de iniciativas locais para o desenvolvimento de cidades brasileiras de porte médio. Logo, firmando-se, no modo de produção capitalista, principalmente no aspecto de crescimento produtivo e na circulação de mercadorias.

Por conseguinte, tratar-se-á desse processo de articulação e modernização da agricultura no estado de Sergipe, especificamente no município de Itabaiana.

#### **4. INFRA-ESTRUTURA E PROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO RURAL NO ESTADO DE SERGIPE**

O Estado de Sergipe (em tupi, "rio dos siris") é o menor dos vinte e sete estados da República Federativa do Brasil. Com uma área de 21.910,3km<sup>2</sup>, esta localizado à 9°31`e 11° 34` de latitude sul; e 36° 25`e 38° 14` de longitude oeste em relação ao Meridiano de Greenwich. Tem como pontos extremos: ao norte, a foz do rio Xingó; ao sul, a curva do Rio Real; a leste, a Barra do rio São Francisco; e a oeste, a curva do Rio Real. Limita-se a leste com o oceano Atlântico, ao

norte com Alagoas e a oeste e ao sul com a Bahia. Apresenta cerca de 85% do território abaixo de 300 m de altitude, com predominância de terras planas ou levemente onduladas, seu clima é mais úmido próximo ao litoral, sendo tropical e semi-árido no interior do estado. Tem como rios principais: Rio São Francisco, Sergipe, Vaza-Barris, Japarutuba, Real e Piauí (FRANÇA, 2007).

O mesmo, em termos de redes de fluxos é bem articulado, utilizando-se de transportes do tipo aquático, marítimo, ferroviário, aéreo e terrestre. Este último, estando segmentado em redes rodoviárias do tipo Federal (BR 101 e 235) e rodovias Estaduais (SE 208, SE 214, SE 104, SE 200 e SE 410).

A BR-101 é a mais utilizada no Estado, “[...] com uma extensão de 204.6 km, em direção norte/sul liga Sergipe aos estados vizinhos da Bahia e Alagoas. Atravessa alguns municípios importantes como Cristinópolis, Estância, Aracaju, Laranjeiras e Própria” (SANTOS, 1998, p.130). Já a BR-235 tem direção leste-oeste, com extensão de 120km, “[...] tem início na cidade de Aracaju, com sua pista duplicada até a BR 101; serve às cidades de Aracaju, Areia Branca, Itabaiana, Frei Paulo e Carira, ligando a capital sergipana ao norte da Bahia (SANTOS, 1998, p. 130).

Quanto aos financiamentos direcionando as atividades agropecuárias, os mesmos seguiram o parâmetro do âmbito nacional, sendo gerenciada pela EMBRAPA e a Empresa de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe (EMDAGRO). Esta última foi criada em 1962, com a denominação de ANCAR-SE, passando posteriormente, a receber ao longo dos anos denominações outras: EMATER-SE, EMDAGRO, DEAGRO e atualmente EMDAGRO, com a finalidade de prestar assistência técnica e melhorar as condições econômicas e sociais dos municípios que constituí o estado de Sergipe.

Todavia, o estado vem intervindo a nível local com a consolidação de projetos de irrigação como: Colonização e Irrigação no Baixo São Francisco (1975), Califórnia, em Canindé do São Francisco (1987); platô de Neópolis (1993); Própria; Pindoba; Cotinguiba e Betume. Todos estes situados nas proximidades do Rio São Francisco e voltados respectivamente para a produção, de quiabo, frutas e arroz. Além desses, são destacados os projetos Jabeberi, em Tobias Barreto e Piauí, em Lagarto, voltados à produção de cultivos alimentícios; e os perímetros irrigados de Itabaiana (Açude da Macela, Jacarecica e Ribeira), que, segundo França (2007), abastece com hortifrutigranjeiros grande parte das feiras do estado e exporta para os estados vizinhos.

Ação do estado tem sido evidenciada ainda, segundo a DEAGRO, na implementação de projetos, que objetivam a colonização/assentamento, fortalecimento da agricultura familiar, apoio à agroecologia, regularização fundiária e turismo rural, como também, visando fortalecer as cadeias produtivas de Algodão, Mandioca, aquicultura, coco, sementes, mangaba, pecuária de corte, citros, leite e ovino-caprinocultura, entre outros.

Deste modo, evidencia-se que as políticas nacionais, são impostas da esfera federal para as esferas estaduais e assim, sucessivamente para as esferas municipais. Todavia, no atual período de mundialização do capital, observa-se que a ação do estado, enquanto entidade administrativa tem diminuído sua participação na consolidação de novos projetos. Atualmente, a um incentivo por parte do mesmo, para a construção e consolidação de arranjos produtivos locais, que visam o desenvolvimento local. Tal questão tem sido evidenciada em todo país, principalmente na negligência com os antigos projetos, que beneficiava maior número de pessoas, como os perímetros irrigados; e na consolidação de políticas de financiamento, que tencionavam o desenvolvimento rural, apesar de muitas dessas políticas seguirem normatizações internacionais.

## **5. A AÇÃO DO ESTADO NO DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL DE ITABAIANA-SE**

Segundo SANTOS e ANDRADE (1998), o município de Itabaiana situa-se na latitude de 10°41'06" Sul e de longitude de 37°25'31" Oeste, centrado na faixa centro-ocidental do estado de Sergipe, limitando-se com os seguintes municípios sergipanos: ao norte com o município de Riberópolis, ao sul com os municípios de Areia Branca e Itaporanga D'Ajuda, a leste com Malhador, a oeste Campo do Brito, a noroeste como os municípios de Frei Paulo e Macambira e



na posição nordeste com Moita Bonita (figura01). O mesmo possui uma extensão territorial de 336,9 km<sup>2</sup>, representando apenas 1,53% do território sergipano. Sua sede municipal distancia-se da capital do estado, Aracaju, em 56 km, interligada a outros municípios por rodovia federal e estadual.

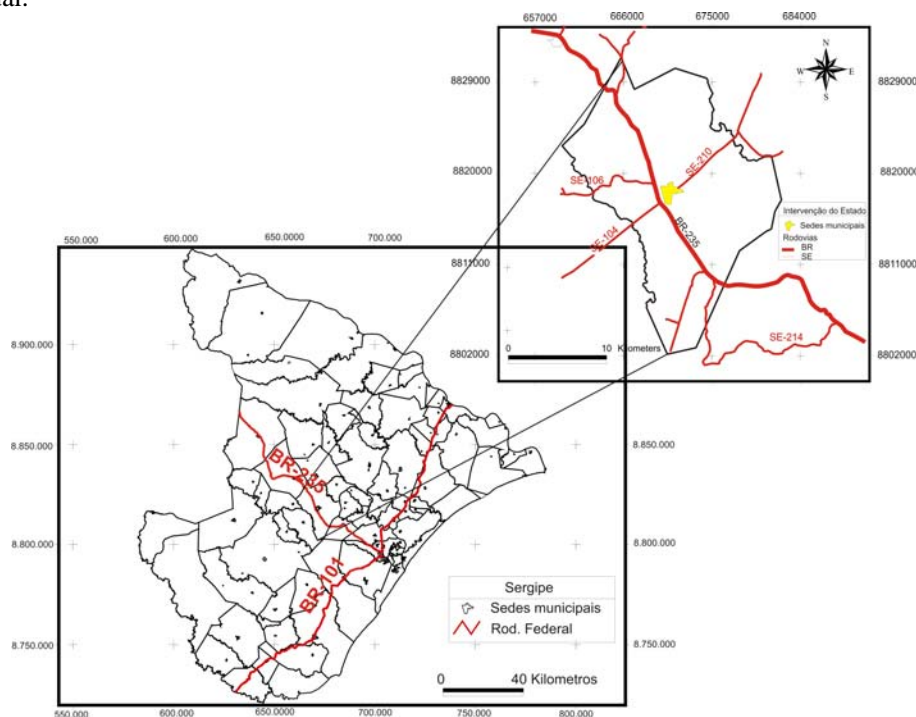


Figura 01. Localização e Rodovias que cortam o município de Itabaiana/SE. Base Cartográfica SEPALNTEC (2004).

Entre as rodovias Federais estão a BR-235, que cruza Itabaiana na direção sudeste - noroeste e serve de divisa entre o referido município e o município de Frei Paulo. A BR-101, que não se estende ao município de Itabaiana, mas é importante via de acesso para a BR-235, que flui para Itabaiana. Entre as Estaduais, que são importantes para esse município, destaca-se a SE-104, que vem de Tobias Barreto ao Sul, passando por Riachão do Dantas, Lagarto, São Domingos e Campo do Brito; SE-210, que interliga a Moita Bonita; e a SE-106, que flui de Ribeirópolis, na interseção com a BR-235, para municípios do sertão Sergipano, de Nossa Senhora da Glória a Canindé do São Francisco, como também atingindo municípios do sertão Baiano.

Em termos demográficos, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) na última contagem populacional (2007), a população de Itabaiana é de 83.167 habitantes, sendo que, 62.777 são urbanos e 20.384 são rurais. Esses números mostram que a representatividade da população urbana é de 75,5% contra 24,5% da rural. Com relação a economia, os número do Produto Interno Bruto (IBGE, 2006), refletem uma economia basicamente urbana, já que as atividades de serviços e indústria concentram 322.097 (mil reais) que equivalem a 94,5% dos valores econômicos adicionados à nível de município, enquanto o setor agrícola concentram 18.842 (mil reais), isto é, 5,5% dos valores econômicos adicionados. Tais dados fazem refletir que a economia do município de Itabaiana tem dependido cada vez menos do setor agropecuário, concentrando-se fortemente nos segmentos urbanos, que dentro dos termos de serviços e indústrias destacam-se o comércio, como um dos maiores do interior sergipano.

Historicamente o desenvolvimento do referido município reporta-se aos fluxos de pessoas, quando ainda era “Caatinga de Ayres da Rocha”. Nesta “Caatinga” provavelmente começou a se firmar pontos de encontro comercial de pessoas em trânsito entre o norte e o sul do Estado. Com a construção da Igreja Matriz e da Praça Fausto Cardoso, muitos feirantes da zona rural se fixaram em torno na praça, tornando a feira um mercado periódico aos sábados.

Tal fato possibilitou uma maior conexão entre o campo e a cidade. A cidade passou a ser ponto de escoamento da produção agrícola, como também, local de aquisição de outros itens necessário a sobrevivência; e o campo, local de produção de itens alimentares e base de sustento de muitas famílias itabaianenses.

Contudo, a articulação cidade e campo a nível municipal não teria possibilitado ao município tornar-se conhecido como um pólo regional de produção de hortifrutigranjeiros e nem teria se constituído um ponto comercial de distribuição desses produtos sem a intervenção do Estado, com suas políticas regionais.

Na década de 1920, o governo de Gracho Cardoso (1922-1926) planeja e esboça obra de infra-estrutura para a rede de transportes de Sergipe. Tal obra interligara no primeiro instante Laranjeiras a Frei Paulo. O pensamento deste governador era que “até o fim do ano será possível viajar desta capital até Itabaiana, em automóvel, aproveitando-se de 39km de estrada de rodagem, já concluída e em viés de conclusão”(CARVALHO, 2000, p. 41).

Entretanto, a mesma não ficara pronta até o final do seu mandato, mas o mesmo ressalta para o Diário oficial de 20/10/1926, “a conclusão do trecho ligando Itabaiana a São Paulo resolverá também um dos principais problemas de transportes nessas paragens, facilitando a saída de produtos desse próspero interland sergipano” (CARVALHO, 2000, p. 633). De São Paulo a Laranjeiras a estrada continuará sendo de barro. Todavia, o destaque nas redes de transportes sergipanas se dará mesmo, no Governo de Manoel Dantas, com a construção da obra desenvolvida por Leandro Maciel.

A estrada de rodagem de Aracaju a Itabaiana (12 léguas) está sendo atacada, ultimando-se, em breve, os trabalhos da ponte da Aroeira, feita toda de cimento aramado, tendo uma extensão de 40 metros. (CARVALHO, 2000, p. 634).

Nessa década ainda, foi concluído o trecho de Laranjeiras-Areia Branca - Itabaiana, tendo 40km de extensão. Para Manoel Dantas ainda faltava à estrada-tronco, a qual deveria buscar o centro do Estado passando por Socorro, Laranjeiras, Areia Branca, Itabaiana, Saco do Ribeiro, São Paulo e Anápolis, onde se fecharia o contorno. Na área central do Estado, o governo já visualizava novas investidas, como descreve CARVALHO (2000, p. 638), “[...] temos Campo do Brito a Itabaiana, trecho de nove quilômetros já estudado e de fácil execução.”.

Deste modo, a construção da BR-235 e de outras vias que a intercalam, contribuiu para impulsionar a fixação de atividades econômicas em Itabaiana, principalmente no que se refere a atividades do segmento terciário e primário. O setor primário da economia itabaianense cresceu em função da maior articulação do meio rural-urbano a nível municipal, estadual e mesmo, nacional, como também, a partir da institucionalização de políticas públicas e crédito rural, que consolidaram a atividade agrícola no município, tornando-o ponto de referência de produção de olerícolas e centro distribuidor de hortifrutigranjeiros.

[...] A implantação dos programas de crédito rural, apoio à agricultura familiar, à irrigação, principalmente para produção olerícolas, deram nova conotação à geração de renda e à melhoria das condições de vida dos seus agricultores. [...] Com todo esse aparato a agricultura familiar sergipana começou a dar sinais positivos em relação ao aumento da produção e de produtos cultivados, especificamente no município de Itabaiana que abriga três das seis barragens de porte médio voltadas para a irrigação em Sergipe (BORGES, 1995, p.58).

Essa maior articulação ocorreu sem dúvidas, do desenvolvimento das redes rodoviárias sergipanas, no que se refere à conexão entre Nordeste e Sudeste e conseqüentemente, modificaram os modos de vida e de trabalho do itabaianense. Esses trabalhadores além de serem reconhecidos como comerciantes “natos”, também se fazem conhecidos por procederem da “cidade dos caminhões e dos caminhoneiros”. Tais veículos e profissionais promove por todo o território brasileiro o atrelamento a outros mercados, comercializando, comprando e distribuindo produtos da micro-região de Itabaiana.

Com relação a projetos implementados pelo estado, nos últimos trinta anos o município de Itabaiana foi sede da consolidação de algumas políticas regionais, como a construção do Açude da Macela e das barragens Jacarecica I e Porção da Ribeira, localizadas respectivamente no rio Jacarecica e afluentes da Bacia do Rio Sergipe, e a construção do Armazém da Companhia Nacional de Abastecimento (Cibrazém), atual Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) (figura 02). Por estes projetos, Itabaiana tem diversificado sua produção, como também tem sediado espaços de armazenamento, e o estado tem obtido auto-suficiência na maior parte dos produtos olerícolas consumidos, uma vez que, estas deram possibilidades de implantação de sistemas de irrigação, a difusão de insumos modernos e pacotes tecnológicos.

[...] a criação dos perímetros irrigados veio contribuir para o aumento na produção de olerícolas até então pouco cultivados no Estado como maxixe, pepino e vagem, sobretudo, no tocante a uma maior oferta desses produtos ao mercado consumidor, contribuindo assim em mudanças de comportamento cultural da população (SILVA, 2001, p.26).

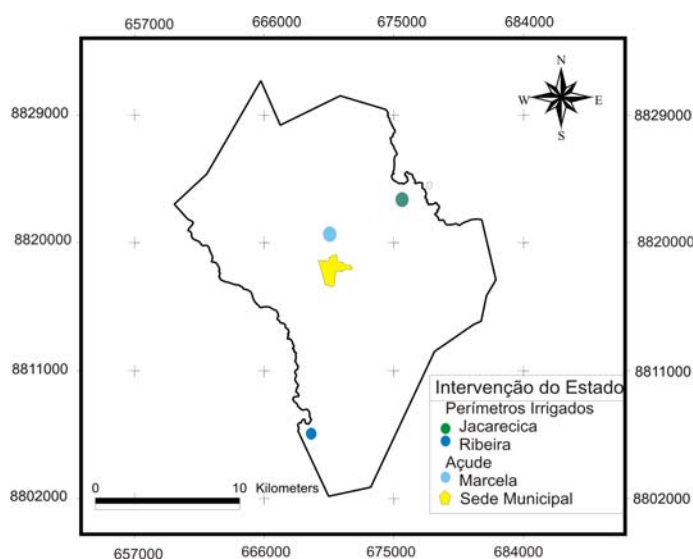


Figura 02 – Perímetros Irrigados no município de Itabaiana/SE. Base Cartográfica SEPALNTEC (2004).

Somam-se aos projetos, características específicas desse território, que o tornaram referência na produção de hortaliças, legumes, verduras e raízes, como as condições edafoclimáticas. O clima classifica-se como tropical quente semi-úmido; pluviosidade, apresentando precipitação em torno de 750 a 1000mm, sendo o período chuvoso de março a agosto. Os solos são dos tipos planosol, podzólico vermelho, amarelo, equivalente eutrófico, litólico e eutrófico distrófico, cobertos por uma vegetação de capoeira, caatinga, campos limpos e campos sujos (SERGIPE. SEPLANTEC/SUPES, 1997/2000). O município está inserido entre duas bacias hidrográficas, a do rio Sergipe e a do rio Vaza-Barris, como também, conta com 697 pontos de água (segundo dados do CPRM, 2002), sendo dois do tipo fonte natural, dois poços escavados e seiscentos e noventa e três poços tabulares.

Além destes projetos e das características já expostas em termos de localização e condições naturais, o município de Itabaiana se fixa como grande produtor de hortifrutigranjeiros, utilizando-se de programas de micro-crédito; de equipamentos como poços artesianos, para períodos de estiagem; fertilizantes, adubos químicos e corretivos, a fim de garantir maior produtividade; tratores, como forma de trabalhar a terra; e ração de milho para frangos.

Na década de 1990, o município de Itabaiana passa a se reconhecido como um grande entreposto comercial, importando e exportando hortifrutigranjeiros. Isto decorreu da construção

do Mercado de hortifrutigranjeiros que acabou se tornando, segundo Silva (2001), responsável pela comercialização de 48% da produção de olerícolas do estado, sendo que no Mercado do Produtor em Aracaju, são comercializados 52% da produção olerícola de Itabaiana. Este município tem se destacado ainda, na exportação de coentro, amendoim e batata-doce.

O alcance interestadual da produção é o exemplo de que a atividade olerícola em Itabaiana se consolida e se mostra competitiva. O município exporta para vários Estados do Brasil diversos produtos olerícolas, sendo que os mais importantes são o coentro, que tem mercado garantido na Bahia, Alagoas e Pernambuco, o amendoim que é enviado até para Rio de Janeiro e São Paulo, além da batata-doce que é consumida por diversos Estados [...] O Estado do Rio Grande do Sul tornou-se, desde 1991, o principal importador da batata-doce de Itabaiana, tendo como finalidade a produção de doces e matéria-prima para as indústrias alimentícias e de cosméticos e que é exportada para outros Estados do Brasil como São Paulo e Paraná, países do MERCOSUL, Estados Unidos e Europa, como Espanha e Portugal (SILVA, 2001, p.114).

Com relação à comercialização de produtos hortifrutigranjeiros são destacáveis três tipos de feirantes, que são: feirante produtor, feirante eventual e feirante comerciante. Esses feirantes acabam formando anéis de mercado ao longo de todo processo de comercialização, pois eles se movimentam em torno de mercados e feiras nos municípios circunvizinhos.

Deste modo, é considerável a comercialização de produtos hortifrutigranjeiros nas feiras. Mas também, é considerável a comercialização de hortifrutigranjeiros para supermercados, tendo como principais áreas fornecedoras para atacadistas e redes de supermercados os perímetros da Macela e da Ribeira. Neste âmbito, é também observada, a intervenção do intermediário-atrassador que costuma consumir redes com pontos definidos de compra, comercialização, circulação e distribuição da produção de hortifrutigranjeiros.

O município de Itabaiana não produz tudo que comercializa, mas seus constituintes têm buscado suprir as necessidades de alguns itens hortifrutigranjeiros intermediando às compras em outros municípios, estados e por vezes, até países. Tal fato é exemplificado nos itens granjeiros, como os “filhos do frango”, comprado em Brasília; do ovo, comprado em Minas Gerais e Alagoas. Ou ainda, de frutas como, abacaxi, goiaba, limão, manga, maracujá, mamão, melancia, melão, tangerina e tamarindo, que normalmente tem origem no pólo fruticultor de Juazeiro e Petrolina; como também, de maçã, pêra, quiuí, ameixa, ameixa seca, uva passas, pêssego e morango, originários da Argentina, sul e sudeste do Brasil.

Em termos de Legumes e verduras é visível, que boa parte do que é comercializado, advém de outros estados como, Bahia, Espírito Santo e Minas Gerais. Todavia, tem se buscado raízes comestíveis e derivados em estados mais longínquo, sendo as raízes os de maior alcance o alho regional, que advém do Estado de Goiás (Janeiro/Setembro) e Rio Grande do Sul (Outubro/Janeiro), da China (comprado na CEAGESP-SP) e da Argentina. Além dessas, são destacadas a cebola, produzida em Floresta, Cabrobó, Belém de São Francisco (PE) e Juazeiro (BA); a batata inglesa, adquiridas em Poços de Caldas, Mucungê (BA); e o inhame, que a depender da estação do ano pode ser procedente da Paraíba (Fevereiro - Maio); Cruz das Almas, Bahia (Junho- outubro) e Rondônia (outubro - dezembro).

Desta forma, os produtos importados passam a compor uma fatia importante de tudo que é comercializado por Itabaiana para outros municípios do Estado de Sergipe e para municípios baianos e alagoanos. Entretanto, o referido município também é grande produtor de Batata-doce, cultivada em povoados como Agrovila, Terra Vermelha, Pé do Veado, Caraíbas, Cajueiro, Cajaíba e Mangabeira. Esse município produz 54.15% da batata-doce de Sergipe, e a exporta para vários estados da federação, inclusive para a área de abrangência do MERCOSUL. Esse ainda tem uma produção considerável de macaxeira e amendoim. Contudo, é necessário frisar que, outros componentes dos hortifrutigranjeiros são produzidos por Itabaiana, mas em índices menores aos que se voltam à exportação.

Por tudo isto, observa-se que a cidade de Itabaiana transformou-se em entreposto comercial de itens produzidos em seu próprio município como também de outros estados (figura 03). O

mesmo tornou-se importador e exportador dos mais variados tipos de hortifrutigranjeiros. Fato que corroborou numa maior articulação campo-cidade dentro do município, como entre outras cidades-campos estaduais e nacionais. Isso só foi possível, pela habilidade desenvolvida pelo itabaianense, com a construção e a consolidação de sua feira, do Mercado Hortifrutigranjeiro e do transporte de cargas, que dinamizou o comércio a longas distâncias.



*Figura 03 – Transporte e Ponto de comercialização de hortifrutigranjeiros no município de Itabaiana/SE.*

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho visou de forma sucinta demonstrar como o Estado nacional, estadual e municipal colaborou no desenvolvimento do meio rural e na maior articulação desse setor com o segmento urbano, a partir da construção e consolidação de fixos, tais como os mercados e as CEASAS municipais. A fim de exemplificar tal contexto, optou-se por delinear as políticas implementadas no município de Itabaiana/SE, que o tornara conhecido regional como grande produtor de itens classificados como hortifrutigranjeiros. Além disso, agregam-se a esse fato as transformações circulatorias e de crescimento de fluxos de importação e exportação de hortifrutigranjeiros.

Deste modo, a intervenção do estado é sentida de forma positiva, quando da instalação de fixos, correlacionados aqui a aspectos econômicos, sociais e culturais de Itabaiana/SE, que promove a localização da comercialização e da distribuição de hortifrutigranjeiros, como também, evidencia a forma como o município intensifica sua articulação rural-urbana, no momento em que o agricultor vem à cidade comercializar sua produção e adquirir/usufruir de bens e serviços.

Ao mesmo tempo, que a representatividade do estado pode ser nula, por não investir na manutenção dos fixos, que possibilitam a localização do mercado distribuidor desse segmento agrícola, ou mesmo, por não incentivar localmente e regionalmente a articulação desses centros com outras cidades e municípios, dinamizando assim os fluxos de circulação e distribuição de mercadorias.

Todavia, é inegável que a comercialização de hortifrutigranjeiros é crescente. No Estado de Sergipe, só duas cidades podem ser consideradas centros de comercialização e distribuição de hortifrutigranjeiros, que são: Aracaju e Itabaiana. A primeira cidade, exercendo função de comércio varejista, em virtude da concentração de população e renda. A segunda, que nos últimos vinte anos, consolida-se como principal mercado de atração e distribuição de produtos agrícolas.

Conseqüentemente, Itabaiana coloca-se como importante entreposto comercial atacadista de hortifrutigranjeiros do estado, competindo, em termos de atração comercial, com os maiores mercados atacadistas do nordeste. O crescimento da comercialização agrícola nessa cidade tem ocasionando o fortalecimento do comércio varejista informal e subsidiando a proliferação de extensas redes de distribuição de hortifrutigranjeiros.

Logo, visualiza-se que, a ação do estado é de certa forma importante na implantação de políticas que contribuam para o desenvolvimento rural, assim como, para uma maior articulação da produção do campo com a cidade, como ocorreu no município de Itabaiana em seu estágio inicial de consolidação como centro produtor, comercializador e distribuidor de hortifrutigranjeiros. Todavia, essa ação não é a única responsável pelo dinamismo de municípios ou regiões, a mesma vai depender de um grande número de elementos que consolidem a ação desse ente, no caso de Itabaiana, esses elementos unem-se a força de trabalho de sua população, no sentido de produzir, comercializar e transportar tais mercadorias.

1. AZAMBUJA, D. **Introdução à Ciência Política**. 17ª Ed. São Paulo: Globo, 2005. P. 89-129.
2. BORGES, S. dos S. **Agrotóxicos, sociedade e natureza: a problemática do perímetro irrigado da Macela-SE**. Dissertação de Mestrado em Geografia. Núcleo de Pós –Graduação em Geografia (NPGeo/UFS). São Cristóvão, 1995.
3. CARLOS, A. F. A. **A questão da cidade e do campo: teorias e política**. Mercator - Revista de Geografia da UFC, ano 03, número 05, 2004. Acessado em <<http://www.mercator.ufc.br/revista%20mercator%20em%20pdf/a%20questao%20da%20cidade%20e%20do%20campo.pdf>>, data de 22 de maio de 2008.
4. CARVALHO, D. M. de. **Análise Econômico-Espacial dos Transportes em Itabaiana/SE: Uma Abordagem Estrutural**. Relatório PIBIC, CNPq, 2006/2007.
5. CARVALHO, V. S. **A República Velha em Itabaiana**. Fundação Oviêdo Texeira. Aracaju, 2000.
6. ©Encyclopaedia Britannica do Brasil Publicações Ltda.
7. DELAGADO, G. C. **Capital Financeiro e Agricultura no Brasil: 1965-1985**. Ícone Editora, 1985.
8. FRANÇA, V. L. A (orgs.) [et al.]. **Atlas escolar Sergipe: Espaço Geo-histórico e Cultural**. João Pessoa, PB: Editora GRAFSET Ltda, 2007.
9. FERRÃO, J. **Relações entre mundo rural e mundo urbano: evolução histórica, situação actual e pistas para o futuro**. EURE, Santiago, Vol. 26, nº 78, Set. 2000, p. 123-130. INSS. 0250-7161. Disponível em World wide web <[http://scielo.cl/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0250-71612000007800006&Ing=es&nrm=iso](http://scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0250-71612000007800006&Ing=es&nrm=iso)>. ISSN 0250-7161, acessado em 03 de junho de 2008.
10. GONÇALVES, J. S.; SOUZA, A. S. A. M.; & FERREIRA, C. R. R. P. T. **Financiamento da produção agropecuária e uso de fertilizantes no Brasil, Período 1950-2006**. Informações Econômicas, SP. V. 38, nº9, Set. 2008.
11. IBGE. **Contagem Populacional**. Rio de Janeiro, 2007. Disponível em <[http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/contagem\\_2007.pdf](http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/contagem_2007.pdf)>, acessado na data de 23 de agosto de 2009.
12. IBGE. **Produto Interno Bruto dos Municípios**. Rio de Janeiro, 2006. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>, acessado na data de 23 de agosto de 2009.
13. LEFBVRE, H. Cidade e campo. In: **O Direito a cidade**. Tradução de T.C, NETO. São Paulo: Editora Documentos, 1969, p.65-80.
14. MANTEGA, G. **Teoria da Dependência Revisitada – um balanço crítico**. EAESP/FGU/NPP- Núcleo de pesquisa e publicações. Relatório de Pesquisa, nº27, 1997.
15. MARQUES, M. I. M. **O conceito d espaço rural em questão**. Terra Livre. SP. Ano 18, nº 19. Jul/dez, 2002.
16. MATOS, P. F. de. **A consolidação da modernização agrícola no Cerrado e os impactos ambientais**. Mediação: Revista da Universidade Estadual de Goiás – Unidade Universitária de Pires do Rio, v. 01, nº 01. Pires do Rio: UEG, 2006.
17. NASCIMENTO, A. F. do. **Integração entre a agricultura e o setor de supermercados: o caso dos pequenos agricultores de Sergipe**. Dissertação de Mestrado, NPGeo/UFS, São Cristóvão, 2003.
18. NETO, W. G. **Estado e Agricultura no Brasil**. Política agrícola e modernização econômica brasileira, 1960-1980. Editora Hucitec. São Paulo, 1997.
19. CPRM Serviço Geológico do Brasil. Projeto Cadastro Da Infra-Estrutura Hídrica Do Nordeste. **DIAGNÓSTICO DO MUNICÍPIO DE ITABAIANA**. Estado de Sergipe, 2002.
20. SANTOS, A. F. e ANDRADE, J. A. **Nova geografia de Sergipe**. Aracaju, Secretaria de Estado da Educação e de Desporto e Lazer. Universidade Federal de Sergipe, 1998.
21. SANTANA, J. W. C. de **Comercialização agrícola no Estado de Sergipe**. Dissertação de Mestrado em Geografia. Núcleo de Pós –Graduação em Geografia (NPGeo/UFS). São Cristóvão, 2005.
22. Superintendência de Estudos e Pesquisas-Supes. **Perfis Municipais**: Aracaju, 1997.
23. Sergipe. Secretaria de Estado do Planejamento e da Ciência e Tecnologia Seplante. c.
24. Superintendência de Estudos e Pesquisas-Supes. **Informes Municipais**: Aracaju, 2000.

25. SILVA, L. C. S. **Olericultura e Trabalho Familiar em Itabaiana-Se.** Dissertação de Mestrado em Geografia. Núcleo de Pós –Graduação em Geografia (NPGeo/UFS). Aracaju,SE, 2001.
26. SOUZA, H. R. de. **Agricultura e política agrícola no Nordeste: do GTDN à liberalização comercial.** Revista Econômica do Nordeste. Fortaleza, Vol.28, nº04, out./dez.1997, pag.499-518.
27. WANDERLEY, M. de N. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas – o “rural” como espaço singular e ator coletivo. **Estudos Sociedade e Agricultura**, n. 15, p. 87-145, out.2000.
28. WANDERLEY, M. de N. A ruralidade no Brasil Moderno. Por um Pacto social pelo desenvolvimento rural. In: GIARRACCA, N. (org.). **Uma nueva ruralidad em América Latina.** Buenos Aires: Clasco/ASDI, 2001. Pg.31-44. Disponível em < <http://bibliotecavirtual.clasco.org.ar/libros/rural/wanderley.pdf>>, acessado em 03 de dezembro de 2008.